

CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA Lei Municipal n° 1.885, de 17 de novembro de 2010.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA nº 032 DO CMDCA GESTÃO 2024 A 2026

Aos nove dias do mês de Outubro de dois mil e vinte e quatro, às 09h, se reuniram presencialmente, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito a Av. União das Américas - nº 380 - Jardim Aruan, Caraguatatuba/SP, os membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Caraguatatuba, para Reunião Ordinária do Colegiado estando presentes os seguintes Conselheiros: Aline Rodrigues Alves Ciaca, Adriana Zambotto Fernandes, Silvyane Luanda Prata Jeronimo, Daniela Bandeira Vaz, Alan Alves Brito Conceição, Cíntia Yara Silva Barbosa, Gisele Cristiane de Freitas, Iara Freire da Costa, Neli dos Santos Pedro Santana, Paulo Roberto de Menezes Júnior, Sônia Regina de Souza Dias Cordeiro, Roberta Maria Bernardini de Castro, Taciana Mara de Freitas, Tabyta Yasmin Aguiar Barros, Ceci Oliveira Penteado, Carolina Brandão Armando, Roseli Teixeira de Mello, Melina Padilha Velasco e Uriel Alexandre Bonafé. Justificaram suas ausências os Conselheiros: Alexandra Freitas de Matos, José do Carmo Salles Júnior, Maia Soares Bisan, Ediline A. Boytchuk do Nascimento, Michel Henrique Moreira Barbosa, Mécia Policarpo Quirino, Letícia dos Santos Oliveira, Zilda Aparecida Melo, Thais Giraud de Almeida Reis, Fabiana Evangelista da Silva e Dimas Otaviano Noronha. Presentes como Convidadas as Conselheiras Tutelares: Paula Fernandes Pereira, Paula Vanessa A. S. B. Quirino, Elizete S. W. de Macedo, Rhode Ciumara de O. Pires e Isabel Soares Gaia Marcondes. Presente também o Sr. Luiz Gustavo do Prado, Secretário Executivo do CMDCA. Verificando o quórum suficiente para início da reunião, a Presidente do CMDCA deu boas vindas a todos os Conselheiros de Direitos, agradeceu pela presença e acolheu as Conselheiras Tutelares convidadas. Seguidamente a Presidente disse que não houve reunião no mês de setembro por motivo de ausência de pauta para realização da mesma e que nesta reunião de hoje a maioria dos assuntos versa sobre ciência ao Colegiado ou algum outro tema que os Conselheiros desejarem apresentar. Que o mês de outubro é muito importante, pois se trata do mês das crianças e trouxe um vídeo do Instituto Alana para ser apresentado ao Colegiado. Ato contínuo o Secretário Executivo iniciou a apresentação do vídeo que trata do tema infância. Encerrado o vídeo a Presidente Aline Alves retomou a palavra, fez breves considerações sobre o mesmo e informou o primeiro assunto da pauta que versa sobre a Deliberação da Ata da reunião ordinária de 21/08/2024. A Presidente disse que a Ata a ser votada foi colocada no grupo e desejou saber se os Conselheiros desejavam fazer algum apontamento ao que todos disseram que não. Na sequência, o Secretário Executivo abriu para votação e ao final o Sr. Luiz Gustavo do Prado informou que por unanimidade dos votos a mesma foi aprovada. Dando continuidade, a Presidente pautou o segundo assunto que trata da Comissão de Fiscalização. A Sra. Aline Alves informou que a Comissão realizou três visitas, sendo a primeira na sede do Conselho Tutelar da Região Sul, a segunda na sede do CT da Região Centro e a terceira na Fundação Casa de Caraguatatuba. A Presidente explicou os pontos

Ø.

lamba

Jan o

A









Rhn

exerts. I I



Lei Municipal n° 1.885, de 17 de novembro de 2010.

levantados nestas visitas, as demandas apresentadas pelas Conselheiras Tutelares e destacou que a capacitação para as CTs já está em andamento, bem como o veículo também está próximo de chegar. A Presidente também disse sobre suas percepções nas visitas que fez com a Comissão às duas unidades do CT, sendo que a unidade da Região Sul parece estar menos alinhada com suas atividades do que a unidade da Região Centro. Que no entanto, não se trata de nada que não possa ser ajustado para melhora da unidade do CT Sul. Que quanto à visita na Fundação Casa, esta foi a primeira em que esteve após inaugurada e se assustou um pouco com o que viu, pois se trata de uma prisão de adolescentes, onde os dormitórios são verdadeiras celas. Que o local está longe da proposta do que de fato deve ser uma Fundação Casa para recuperação de adolescentes. Que a Comissão de Fiscalização conversou com alguns dos internos, escutou as principais demandas e a Sra. Aline Alves fez um resumo geral daquilo que foram os seus apontamentos em relação à estrutura do local, bem como às atividades que são oferecidas aos internos, seja na área escolar, cursos, de lazer ou esportiva. Que foi avaliado também a questão alimentar e de atividades físicas para os adolescentes internos. A Presidente falou sobre a possibilidade do CMDCA prestar auxílio no que tange às atividades físicas para os adolescentes. Que está avaliando a possibilidade de abrir diálogo com a Secretaria Municipal de Esportes para quem sabe uma parceria que vise a disponibilização de profissionais de Educação Física para ministrar aulas de atividades físicas aos internos da Fundação Casa. Dando sequência a Sra. Aline Alves abriu a palavra para os membros da Comissão fazerem suas considerações sobre as visitas. A Conselheira Roseli Teixeira de Mello, representante da Fundação Casa no CMDCA, falou sobre os trabalhos desenvolvidos pela instituição, disse sobre as realidades pelas quais vem passando, tais como: baixo efetivo, falta de professores de Educação Física, bem como demais questões. A Conselheira Roseli falou também sobre o pós-medida que ainda não foi efetivado. A Conselheira Ceci Penteado que esteve presente na visita também fez suas considerações sobre a mesma e a Sra. Roseli completou sua fala dizendo que havia mais cursos profissionalizantes para os internos, mas que infelizmente o SENAC diminuiu a grade devido aos critérios por eles estabelecidos e que também foi retirado o Projeto Guri, restando apenas os projetos sobre poesia e empregabilidade. As Conselheiras Daniela Vaz e Silvyane Jeronimo também contribuíram com seus comentários sobre os adolescentes interno, a Conselheira Ceci Penteado fez suas considerações quanto à responsabilidade dos municípios aos quais pertence os adolescentes que se encontram na Fundação Casa neste momento, haja vista que a maioria não é de nosso município, mas por estarem na unidade, se tornam responsabilidade municipalidade. Ainda com a palavra a Sra. Ceci falou de outras observações que fez na visita às quais colocou no relatório e a Conselheira Gisele Freitas disse sobre o risco que se corre quanto à violação de direitos humanos e das crianças e adolescentes. A Conselheira Cíntia Yara também apresentou sua sugestão para que o CMDCA obtenha maiores informações sobre os apontamentos que deseja tratar e as Conselheiras Roberta Castro, Daniela Vaz e Roseli acompanharam a sugestão da

A.

Contra

A CONTRACTOR

de

F.

Pop

P

orm earl &. I



Lei Municipal n° 1.885, de 17 de novembro de 2010.

Conselheira Cíntia Yara. Retomando a palavra a Presidente Aline sugere ao Colegiado que seja votado nesta reunião o encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Esportes para início do diálogo que visa a parceria para que se tenha mais professores de Educação Física na Fundação Casa. Aberto para votação, o Secretário Executivo colheu os votos dos Conselheiros Presentes e anunciou à Presidente que foi aprovada por unanimidade a sugestão. Retomando a palavra a Sra. Aline Alves também propôs aos Conselheiros a possibilidade de envio de ofício à Fundação Casa solicitando cópia de contrato de prestação de serviços na área de alimentação acompanhado do Termo de Referência do mesmo. Encaminhado para votação, a solicitação foi aprovada por unanimidade por todos os Conselheiros presentes. A Sra. Roseli disse que foi importante a visita do CMDCA à Fundação Casa e deseja que o Conselho continue próximo dos internos e servidores que ali se encontram diariamente. A Sra. Aline Alves disse que há muito tempo não era realizada uma visita na Fundação Casa e que este recomeço é importante e a intenção é dar continuidade nas visitas até que se tornem frequentes. O Conselheiro Dr. Paulo Roberto de Menezes Júnior disse sobre o esforço que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) está fazendo para implantar o Conselho da Comunidade e explicou aos presentes o que vem a ser o referido Conselho. As Conselheiras Daniela Vaz e Ceci Penteado fizeram apontamentos e o Conselheiro Dr. Paulo Roberto esclareceu os mesmos. A Presidente disse sobre a importância da participação dos Membros na Comissão de Fiscalização e também dos que não são / Membros, pois a mesma tem um trabalho muito relevante. Que seu desejo é que tenha fiscalização semanalmente, mas para que se articule uma agenda é necessário disponibilidade de todos. A Convidada Conselheira Paula Pereira disse que o CT precisa estar mais próximo da Fundação Casa, que desconhecia o Conselho mencionado pelo Dr. Paulo e que o mesmo é uma força para o CMDCA, sendo que este poderia quem sabe entrar em diálogo com a OAB para colaborar na criação do Conselho da Comunidade. Ato contínuo, respeitosamente, a Presidente Aline Alves discordou da Sra. Paula Fernandes Pereira, informou inicialmente é necessário verificar se existe no município o Conselho da Comunidade, que caso não tenha, não é competência do CMDCA fazer parceria para criação do mesmo e que se trata de uma questão maior de direitos humanos. A Conselheira Tutelar Paula Pereira pediu a palavra para dizer que o interesse maior é fiscalizar e dar condições. Que é necessário que se comece de algum lugar e deu como exemplo seu tempo de Presidente do Conselho da Condição Feminina onde precisou questionar o Secretário Estadual de Segurança Pública. Retomando a palavra a Presidente do CMDCA advertiu a Convidada Paula Pereira sobre a forma como se comporta e fala na reunião, não sendo admitido tal comportamento. Que o CMDCA está fazendo seu trabalho e não pode ser responsabilizado por realizar ações que não são de suas competências. Relembrou a Sra. Aline Alves que no CMDCA os assuntos são discutidos e as decisões são tomadas em Colegiado. A Conselheira Paula Fernandes Pereira disse que como não está tendo voz na reunião prefere se retirar e deixa livre para que suas colegas do CT que estão presentes fiquem na mesma. A Conselheira Ceci Penteadogdisse a Sra.

A.

Contia

do





P

m soup & f /



Lei Municipal n° 1.885, de 17 de novembro de 2010.

Paula Pereira que não é a melhor atitude a ser tomada, que não cabe deixar a reunião, mas a Convidada disse que sim e se retirou da sala. A Presidente Aline Alves retomou a palavra, disse que desde que assumiu a direção do CMDCA tem procurado ser parceira do Conselho Tutelar, cumprido a obrigação de convidar as Conselheiras Tutelares para participarem desta reunião e a atitude presenciada por todos é desrespeitosa por parte da CT com o Colegiado do CMDCA. Que sua intenção foi de priorizar os adolescentes da Fundação Casa, haja vista que todo o diálogo até este momento versou exclusivamente sobre isso e que embora possamos fazer parcerias, provocar outros órgãos, necessitamos realizar primeiro aquilo que é de nossa competência e neste momento, infelizmente não estamos tendo condições sequer de realizar semanalmente as visitas que estão entre as obrigações principais deste Colegiado. Que o mínimo não está sendo realizado, não sendo cabível por isso que nos envolvamos em assuntos que não são nossas competências primeiras. A Conselheira Paula Vanessa pediu para deixar a sala e acompanhar a CT Paula Pereira e antes de sair disse que sobre o assunto, basta concentrar no órgão fiscalizador que é o Conselho Tutelar poderá dar prosseguimento. Que o CT existe porque há um Colegiado e que é um órgão jurisdicionado independente e também pode ajudar a fomentar políticas públicas. Ato contínuo a CT Paula Vanessa deixou a sala de reuniões. A Conselheira Silvyane também contribui com seus apontamentos sobre o assunto, bem como as Conselheiras Cíntia Yara e Roseli que enfatizou a necessidade do apoio da rede de proteção e Conselho Tutelar junto à Fundação Casa. Que há visita correcional na Fundação Casa de dois em dois meses. A Sra. Ceci também completou o assunto com seus apontamentos. Dando prosseguimento à reunião, foi pautado o terceiro assunto, cujo tema é Visita da Mesa Diretora à Promotora de Justiça. A Presidente informou ao Colegiado que as Conselheiras da Mesa Diretora do CMDCA estiveram na sede do Ministério Público para conhecer a Dra. Paula de Orsola Nogueira Pinto, nova Promotora de Justica na Comarca de Caraguatatuba e queassumiu a Vara da Infância. Que estavam presentes também as Conselheiras Tutelares das duas sedes. Que a Promotora se mostrou muito acessível, bastante disposta a caminhar junto ao CT e CMDCA. Que a reunião foi muito boa, mais voltada ao CT, mas foi possível nos apresentar, embora não se aprofundou muito no Conselho de Direitos. No quarto assunto da pauta, a Presidente tratou das Reuniões do Fluxo de Atendimento à Criança e Adolescente. A Sra. Aline Alves disse que as reuniões estão acontecendo com regularidade, que já foram feitas nos meses de agosto e setembro, bem como será a feita amanhã a do mês de outubro. A Conselheira Gisele Freitas do Instituto Federal manifestou o desejo de participar da reunião do fluxo e explicou à presidente as razões pelas quais o IF necessita acompanhar as reuniões. Retomando a palavra a Presidente do CMDCA disse que de fato o IF não foi contemplado no fluxo, que autoriza a participação do mesmo a partir da reunião deste mês. No mesmo sentido a Conselheira Sônia Regina de Souza Dias Cordeiro, Coordenadora do CRAS-Centro, solicitou autorização para também participar da reunião do Fluxo, a qual foi concedida pela Presidente Aline Alves. A Conselheira

Simular To

W.

PA

Rim exep &. I

D of



Lei Municipal n° 1.885, de 17 de novembro de 2010.

Silvyane disse que a construção do Fluxo é anterior à Promotora de Justiça, Dra. Regiane e a Conselheira lara Freire disse que o mesmo vem sendo construído desde dois mil e onze. Que não é tão simples a alteração do documento do fluxo. A Presidente desejou saber qual o ponto do documento será tratado na reunião de amanhã ao que o Secretário Executivo informou que iniciará na parte do "Fluxo do CRAS e CREAS com o Conselho Tutelar". A Sra. Aline Alves explicou à Convidada CT Isabel Gaia sobre os apontamentos que foram feitos na última reunião pelas CTs e que ficaram de trazer por escrito na reunião de amanhã. A Convidada CT Isabel pediu a palavra para dizer sobre a importância de desburocratizar o fluxo, pois no CONANDA está descrito sobre a necessidade de agilidade no atendimento dos casos que envolvem crianças e adolescentes. Que na sua opinião o nosso fluxo é muito burocrático e que o CT precisa pensar como tornar mais rápido seu atendimento. A Conselheira lara Freire destacou que o fluxo é dinâmico e a Conselheira Silvyane disse da necessidade de instrumentalidade para cumprimento daquilo que está no fluxo. No quinto assunto da pauta, foi tratado sobre a Reunião com a empresa VipVale para conhecer o Sistema TUTELARSYS: A Presidente Aline Alves disse que nesse espírito de parceria proposto desde o início da sua gestão, atendeu a solicitação das Conselheiras Tutelares de realizar uma reunião com uma empresa de São José dos Campos para apresentação de um sistema exclusivo para uso nas duas sedes do Conselho Tutelar. Que a apresentação oi realizada na sala da Casa dos Conselhos e contou com a participação de todas as CTs. Que a empresa é a VipVale e o sistema apresentado é o TUTELARSYS. Disse também a Presidente que o SIPIA é o sistema oficial dos Conselhos Tutelares, mas ultimamente vem dando frequentes problemas. Que o sistema apresentado pela empresa não substitui o SIPIA, mas possui uma dinâmica muito semelhante e atual e que possivelmente ajudará muito no trabalho diário das Conselheiras Tutelares e administrativos. Que se trata de uma empresa que até o momento desenvolve somente sistema para Conselhos Tutelares e o mesmo está sendo utilizado nas unidades do CT de São José dos Campos desde o ano de dois mil e vinte e um. Que uma das pessoas que veio apresentar o sistema foi Conselheira Tutelar e conhece a realidade dos Conselheiros. Que o valor apresentado pela empresa é muito bom em vista daquilo que normalmente é cobrado por sistemas como estes. Que o sistema é autoexplicativo, simples e de fácil manejo. Que será útil para organização de prontuários, atendimentos, documentos, estatísticas, políticas públicas, entre outras funções. Que o que mais chama atenção é o valor, pois está bem abaixo daquilo que se costuma praticar no mercado, sendo que estão pedindo a quantia de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para instalação nas duas sedes e R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais por sede, o que daria o total de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para manutenção. A Sra. Aline Alves fez a comparação dos valores pagos pela municipalidade por outros sistemas em vista da proposta recebida e verificou que este oferecido pela empresa VipVale é sem dúvida um ótimo preço. Que até o momento eles só estão atuando no município de São José dos Campos, mas já estão em vias de fechamento com outras cidades como Jacareí e Paraibuna. A Conselheira Ceci

Emilia S. M.

The state of the s

Dim saip B.

I I Val dono



Lei Municipal n° 1.885, de 17 de novembro de 2010.

Penteado falou sobre os valores normalmente cobrados por outras empresas de sistemas, falou do programa desenvolvido a partir do Ministério Público que trata de todas as políticas públicas e estava em desenvolvimento com o Sr. Alexandre e a Conselheira Daniela Vaz recordou que teve conhecimento desse assunto, mas desconhece quem tenha conseguido ter acesso a esse programa. Retomando a palavra a Presidente do CMDCA disse que a empresa que apresentou o sistema está começando, que segundo informações é o único sistema privado no país voltado para Conselho Tutelar, que será necessário pesquisar se de fato não há opções no mercado e posteriormente fazer uma visita ao Conselho Tutelar em São José dos Campos para conversar com os Conselheiros de lá e verificar como é o sistema na prática. Que o técnico em programas que compareceu na apresentação se mostrou muito aberto a sugestões e até alterações de acordo com a realidade. A Conselheira Tutelar Rhode Ciumara falou da possibilidade do CMDCA ter uma aba no sistema e também acompanhar algumas informações que não forem sigilosas. A Conselheira Tutelar Isabel Gaia confirmou o interesse da empresa em fazer alterações no sistema se necessário e a CT Elizete Macedo disse que o sistema vai unificar os prontuários das duas sedes e que para o CT que está no Plantão será muito importante essa ferramenta que facilite a busca de prontuários. Dando sequência, entrou em pauta o sexto assunto que trata dos Pedidos de Compras: Capacitação para o Conselho Tutelar e CMDCA: Informa a Sra. Aline Alves que os pedidos de compras estão em andamento e o pedido de empenho já foi realizado. Que espera que os mesmos saiam este ano de dois mil e vinte e quatro. Que a prioridade é a capacitação para o Conselho Tutelar. A Conselheira Rhode Ciumara desejou saber se já havia uma empresa vencedora ao que a Dra. Aline Alves disse que o pedido se encontra em fase de ${\mathcal O}$ licitação e aguarda que a Secretaria de Administração informe a empresa vencedora. Que espera que esta capacitação seja realizada o quanto antes, preferencialmente ainda este ano. O sétimo assunto da pauta tratou da data da próxima reunião do CMDCA: 13/11/2024. A Sra. Aline Alves disse que já temos a data da próxima reunião do mês de novembro. Que todos devem anotar e estarem presentes. A Presidente do CMDCA reiterou o pedido de empenho por parte dos Conselheiros nos trabalhos das Comissões. Que todas as ações, reuniões, assuntos tratados nas Comissões são de relevante importância. Que a Conselheira Tabyta Yasmin Aguiar Barros iniciou um bom trabalho na Comissão de Comunicação, também lançou o Instagram do CMDCA, mas deixará o Colegiado, pois merecidamente passou no concurso da prefeitura e já foi chamada para apresentação dos documentos. Que precisamos de ajuda para dar continuidade ao projeto do Instagram do Conselho. Que a Tabyta também nos ajudou na criação das artes, do novo layout para o CMDCA, entre outras coisas que foram muito importantes neste início de gestão. A Conselheira Tabyta falou de como se encontra a página do Instagram neste momento, daquilo que já lançou, bem como do que precisa ser continuado. Retomando a palavra a Presidente abriu a palavra aos Conselheiros. Que diante do silencio do Colegiado e não havendo mais nada a tratar, a Sra. Aline Rodrigues Alves Ciaca, Presidente do CMDCA deu por encerrada a reunião

RIMPERIND B. A I V

done

R.A.



Lei Municipal n° 1.885, de 17 de novembro de 2010.

do Colegiado e eu, Luiz Gustavo do Prado, Secretário Executivo do CMDCA lavro a presente Ata registrada sob o número 032, sendo a mesma assinada por mim e pelos Conselheiros presentes.

Aline Rodrigues Alves Ciaca
Presidente

lara Freire da Costa Vice-Presidente

Neli dos S. Pedro Santana 2ª Secretária

Adriana Zambotto Fernandes

Membro

Silvyane Luanda Prata Jeronimo Membro

Daniela Bandeira Vaz Membro

Melina Padilha Velasco Membro

Cintia Yara Silva Barbosa

Membro

Gisele Cristiane de Freitas Membro

Uriel Alexandre Bonafé
Membro

Ceci Oliveira Pénteado

Membro

Sônia Regina de Souza Dias Cordeiro

Membro

Alan Alves Brito Conceição Membro

Paulo Roberto de Menezes Júnior Membro Roberta Maria Bernardini de Castro Membro

Taciana Mara de Freitas Membro Tabyta Yasmin Aguiar Barros

Roseli Teixeira de Mello

Membro

Membro

Carolina Brandão Armando Membro

Luiz Gustavo do Prado Secretário Executivo